



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D. L.

Fls. 02

17ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa

PROPOSIÇÃO Nº 039/12 - PEC - 002/12

Proposição de Emenda à Constituição nº 002/12

DESPACHO

I - PROTOCOLA-SE

II - PUBLIQUE-SE NO DIÁRIO DA ALEP PARA CONHECIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS

III - À DI. PARA PRESIDÊNCIAS

DATA 09 ABR 2012

PRESIDENTE

Altera a redação do Inciso I do Artigo 99, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 1º O Inciso I, do Art. 99, da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 99

"I - eleger, bianualmente, entre os integrantes de seu Tribunal Pleno:

a) os componentes de sua cúpula diretiva, vedada a reeleição, sendo elegível apenas um dentre os oriundos da mesma classe do quinto constitucional, não integrante das vagas do Órgão Especial, preenchidas pelo critério de antiguidade, prevalecendo, nesta hipótese, independentemente do número de votos, a eleição daquele que tenha sido sufragado para o cargo mais elevado, observada a ordem estabelecida no seu Regimento Interno; e

b) em data posterior a da eleição referida na alínea anterior, os integrantes do Órgão Especial, para preenchimento das vagas remanescentes após o provimento das vagas preenchidas pelo critério de antiguidade, preservando-se, em ambos os critérios, a representatividade do quinto constitucional e a classe de origem, permitida, nesta hipótese, uma reeleição."

Sala das Sessões,

VALDIR ROSSONI
Deputado

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Deputado

RENI PEREIRA
Deputado

14:07 09/04/2012 00:1983 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Handwritten signatures and notes of various deputies, including: DEPUTADO NARA LIMA, DEPUTADO MARCELO RANGEL, DEPUTADO LUCIANA RAFFENIN, DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO, DEPUTADO GENALI, DEPUTADO PERICLES DE MELO, DEPUTADO FERNANDO SAMPOLLA, DEPUTADO ALELIO RIBEIRO, DEPUTADO FILHO, DEPUTADO PAPAVALDO, DEPUTADO ELSON RIBEIRO, DEPUTADO LUIZ ACCIARI, DEPUTADO JAVIER, DEPUTADO MARCELO RANGEL, DEPUTADO LUCIANA RAFFENIN, DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO, DEPUTADO GENALI, DEPUTADO PERICLES DE MELO, DEPUTADO FERNANDO SAMPOLLA, DEPUTADO ALELIO RIBEIRO, DEPUTADO FILHO, DEPUTADO PAPAVALDO, DEPUTADO ELSON RIBEIRO, DEPUTADO LUIZ ACCIARI, DEPUTADO JAVIER.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

D. L.

Fls. 03

Proposição de Emenda à Constituição que altera a redação do Inciso I do Artigo 99, da Constituição do Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

A proposição de Emenda à Constituição tem por objetivo compatibilizar o texto constitucional e ampliar a prática democrática de escolha dos dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, possibilitando que, num processo de simetria com Ministério Público e com o Judiciário de outros Estados, como defendido pela AMB, o universo de seus integrantes possa se tornar elegível a sua Cúpula Diretiva.

O inciso I, do referido Art. 99, contem comando que restringe, em demasia, a possibilidade de que os desembargadores, membros do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça, possam ser eleitos aos cargos diretivos, consagrando uma verdadeira distorção entre iguais.

Esta restrição não mais se coaduna com a verdade democrática e de princípio isonômico estabelecidos nos tempos atuais, tal seja a de que quanto mais ampla a participação no exercício da gestão da administração pública, mais se atenderá a necessidade vital de construção, ampliação e consolidação da democracia que deve alcançar até mesmo o Poder Judiciário.

A emenda proposta, dessa maneira, atualiza o texto constitucional e propicia que qualquer dos integrantes do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça possa ser eleito para ocupar seus Órgãos diretivos, abolindo-se, assim, a restrição hoje existente.

No mesmo contexto é necessário que se proceda a adequação dos critérios de composição do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, seja para evitar eventual quebra do princípio do quinto constitucional assegurado em favor do Ministério Público e da Ordem dos Advogados, seja para consagrar o princípio de escolha eleitoral em favor de sua metade que não é composta pelo critério de antiguidade.

Processo Legislativo

Comissões Especiais

Proposição de Emenda à Constituição nº 002/2012
(Proposição nº 19/2012)

Altera a redação do inciso I do Artigo 99, da
Constituição do Estado do Paraná.

Art. 1º O inciso I, do Art. 99, da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar
com a seguinte redação:

"Art. 99.

"I - eleger, livremente, entre os integrantes do seu Tribunal Pleno:

a) os componentes de sua cúpula diretiva, vedada a reeleição, sendo elegível
apenas um direito os oriundos da mesma classe do quinto constitucional, não
integrante das vagas do Órgão Especial, preenchidas pelo critério de antiguidade,
prevalecendo, nesta hipótese, independentemente do número de votos, a eleição
daquele que tenha sido sufragado para o cargo mais elevado, observada a ordem
estabelecida no seu Regimento Interno; e

b) em data posterior à da eleição referida na alínea anterior, os integrantes do
Órgão Especial, para preenchimento das vagas remanescentes após o provimento
das vagas preenchidas pelo critério de antiguidade, preservando-se, em ambas
as hipóteses, a representatividade do quinto constitucional e a classe de origem,
permitida, nesta hipótese, uma reeleição."

Sala das Sessões, 09 de abril de 2012.

VALDIR ROSSONI
Deputado

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Deputado

RENI PEREIRA
Deputado

Assinaram os Deputados: Valdir Rossini, Plauto Guimarães, Reni Pereira, Luiz
Accorsi, Stephenes Junior, Dulcio Genari, Elio Rusch, Paranhos, Pastor Edson
Przytyk, Gilberto Ribeiro, Fernando Sosaava, André Bueno, Nereza Moore,
Laciene Ruffigaia, Péricles de Mello, Enio Vieri, Cesar Silvestri Filho, Cantora
Mara Lima, Adelson Ribeiro, Marcelo Rangel.

JUSTIFICATIVA

A proposição de Emenda à Constituição tem por objetivo compatibilizar o texto
constitucional e ampliar a prática democrática de escolha dos dirigentes do Tribunal
de Justiça do Estado do Paraná, possibilitando que, num processo de simetria com
Ministério Público e com o Judiciário de outros Estados, como defendido pela
AMB, o universo de seus integrantes possa se tornar elegível a sua Cúpula Diretiva.
O inciso I, do referido Art. 99, contém comando que restringe, em termos, a pos-
sibilidade de que os desembargadores, membros do Tribunal Pleno do Tribunal
de Justiça, possam ser eleitos aos cargos diretivos, consagrando uma verdadeira
distorção entre iguais.

Esta restrição não mais se coaduna com a verdade democrática e de princípio
isotérico estabelecidos nos tempos atuais, tal seja a de que quanto mais ampla a
participação ao exercício do gestão da administração pública, mais se atenda a
necessidade vital de construção, ampliação e consolidação da democracia que deve
alcançar até mesmo o Poder Judiciário.

A proposta, dessa maneira, anula o texto constitucional e propicia que
qualquer dos integrantes do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça possa ser eleito
para ocupar seus cargos diretivos, abolindo-se, assim, a restrição hoje existente.

No mesmo contexto é necessário que se proceda a adequação dos critérios de com-
posição do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, seja para evitar eventual quebra
do princípio do quinto constitucional assegurado em favor do Ministério Público e
da Ordem dos Advogados, seja para consagrar o princípio de escolha eleitoral em
favor de sua metade que não é composta pelo critério de antiguidade.

13/04/2013

Atos Regulamentares

Diretoria Geral



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 3º. QUADRIMESTRE 2012

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL,

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro/2012 a Dezembro/2012

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LÍQUIDA	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA DE PESSOAL (I)	278.800.676,93	
Pessoal Ativo	209.558.767,87	
Pessoal Inativo e Pensionistas	69.241.909,06	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	12.307.850,60	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	
Despesas de Decisão Judicial	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	12.307.850,60	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	
Convocação Extraordinária (inciso II do § 6º art. 57 da CF)	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS	296.432.025,43	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.567.788.627,64	
Nº DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS	1,73	
LIMITE MÁXIMO (inciso II, art. 20 da LRF) (V)	354.039.733,49	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	334.610.723,73	

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 4715313

Documento emitido em 22/02/2013 09:18:13.

Diário Oficial da Assembleia

Nº 368 | 21/02/2013 | PÁG. 3

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar
o Código Localizador no site do DIOE.

www.impressaooficial.pr.gov.br

Dsp. Valdir Rossini
Presidente

Dsp.

Sérgio Brun
Diretor Financeiro

13/06/2013



Processo Legislativo

Comissão Executiva

ATO DO PRESIDENTE Nº 001/2013

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inciso XXXIII, do Regimento Interno, em face do pedido no art. 191 do Regimento Interno e do Contencioso lido no Expediente da Sessão Plenária do dia 25 de fevereiro de 2013,

DECLARA

Constituída a Comissão Especial, com a finalidade de opinar quanto a Proposta de Emenda Constitucional nº 2/2012, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Pláuto Miltz Guimarães e Reil Ferreira, Protocolada sob o nº 1980/12-DAR, que "altera a redação do inciso I do artigo 59, da Constituição do Estado do Paraná". Conforme indicação dos Líderes a Comissão Especial será composta pelos seguintes Parlamentares: indicados pelo PMDB: Deputado Cabo Quirino, titular e Deputado Alexandre Curi, suplente; indicados pelo Bloco PSDB/PSD: Deputado Francisco Bülher, titular e Deputada Carolina Mara Lima, suplente; indicados pelo DEM: Deputado Pedro Lupion, titular e Deputado Elton Resch, suplente; indicados pelo PT: Deputado Elton Welter, titular e Deputado Tadeu Veneti, suplente; indicados pelo PSD: Deputado Wilson Quinteiro, titular e Deputado Hermano Brandão Jr, suplente. Conforme deliberação dos membros titulares, na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e do art. 62 da Constituição Estadual, a Comissão será Presidida pelo Deputado WILSON QUINTEIRO e a Relatoria atribuída ao Deputado ELTON WELTER. Assim, para que se cumpram suas finalidades o Senhor Presidente determina que se leve em consideração o presente Ato que será devidamente assinado e regularmente publicado em Diário Oficial.

Gabinete da Presidência, 26 de fevereiro de 2013.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI
Presidente

12142/2013

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 330/2013

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e,

CONSIDERANDO o pedido no processo protocolado sob o nº 4481, de 03 de maio de 2012, especialmente as manifestações da Procuradoria Geral e da Diretoria de Pessoal;

CONSIDERANDO o teor dos artigos 2º, parágrafo único, e 29 da Lei 16.390, de 02 de fevereiro de 2010 que, respectivamente, extinguiu diversos cargos e previram que a Comissão Executiva "regulamentará a regra de cessação de atuação atual, promovendo a compatibilização para o previsto na Lei, bem como disciplinará os casos análogos";

CONSIDERANDO que a coluna "AA" do Anexo V, da referida lei está em desconexão com o pedido naquele diploma legal, onde consta que o cargo de Assistente Administrativo ocupa os níveis "A1" a "A11", sendo suprimido os níveis "AA";

CONSIDERANDO que atualmente as duas nomenclaturas estão sendo indevidamente utilizadas, impondo-se a correção dessa situação para que subsista apenas a nomenclatura correta prevista na Lei 16.390/2010, no Anexo I, na Tabela "Área de Serviços Gerais";

CONSIDERANDO por fim que ao aplicar corretamente o Anexo I, na Tabela "Área de Serviços Gerais", e corrigindo-se a nomenclatura utilizada indevidamente para alguns servidores, deve ser compatibilizada também a tabela de vencimentos de todos os cargos de Assistente Administrativo àquela Tabela, adequando-os ao que foi publicado no Portal da Transparência;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar à Diretoria de Pessoal que, com relação ao cargo de Assistente Administrativo, utilize a nomenclatura "A1" a "A11", conforme previsto na Lei 16.390/2010, obedecendo em cada caso a correspondência de nível.

Art. 2º O presente Ato entra em vigor no ato de

Palácio XIX de Dezembro, 21 de

VALDIR ROSSONI

Presidente

PLAUTO

1º Secretário

ADEMIR BIEI

2º Secretário

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 5252313

Documento emitido em 27/02/2013 09:20:18.

Diário Oficial da Assembleia

Nº 371 | 26/02/2013 | PAG. 3

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar

Código Localizador no site do DICE.

12142/2013

Atos de Pessoal

Diretorias

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 125/2013

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 917, em 04 de fevereiro de 2013, deste Poder,

RESOLVE:

Promover a disposição funcional do servidor FRANCISCO EGIDIO BRENDA, Matrícula nº 40.969, para prestar serviços, a partir de 01/01/2013, junto à SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB, Núcleo Regional de Francisco Beltrão - Unidade de Dois Vizinhos, conforme ofício CEEACC 298/2013, com ônus para o órgão de origem.

*Republicar

Gabinete da Diretoria de Pessoal, em 7 de fevereiro de 2013.

BRUNO PEROZIN GAROFANI
Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 131/2013

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 916, em 04 de fevereiro de 2013, deste Poder,

RESOLVE:

Promover a disposição funcional do servidor HERCULANO JOSÉ TEIXEIRA, Matrícula nº 40.630, para prestar serviços, a partir de 01/01/2013, junto ao INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER, conforme ofício CEEACC 297/2013, com ônus para o órgão de origem.

*Republicar para corrigir órgão cessionário.

Gabinete da Diretoria de Pessoal, em 15 de fevereiro de 2013.

BRUNO PEROZIN GAROFANI
Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 134/2013

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1412, de 18 de fevereiro de 2013, deste Poder,

RESOLVE:

Deixar a servidores deste Poder Legislativo
ATO, Matrícula nº 40.614, de 55 (cinquenta e
2/2013 a 10/04/2013. Comprovante de licença

de Pessoal, em 18 de fevereiro de 2013.

BRUNO PEROZIN GAROFANI
Diretor de Pessoal



**PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 002/2012,
que altera a redação do Inciso I do Artigo 99, da Constituição Estadual.**

A proposta apresentada tem por objetivo adequar a redação do inciso I, do artigo 99 da Constituição Estadual à Lei Complementar, referida no artigo 93 da Constituição Federal, a Lei Complementar 35/79, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura no Estado Brasileiro.

Inicialmente, é de lembrar que as Propostas de Emenda à Constituição incluem-se entre as matérias sujeitas à disposições especiais com trâmite diferenciado nesta Casa de Leis, em conformidade com o estabelecido nos artigos 190 e seguintes do Regimento Interno.

Em cumprimento às determinações regimentais a presente Proposta de Emenda à Constituição foi regularmente publicada em Diário Oficial, Edição nº 368, de 21 de fevereiro deste ano, e a sua apresentação foi participada ao Plenário, na forma do Comunicado lido no Expediente da Sessão Plenária de 25 do mesmo mês. Indicados os membros desta Comissão Especial pelos respectivos líderes dos partidos nela representados, a Comissão foi constituída e instalada por meio do Ato do Presidente nº 001/2013, publicado no Diário Oficial do dia 26, também do mês de fevereiro.

Verificou-se ainda, preliminarmente, a não existência de óbices quanto à sua constitucionalidade, legalidade e legitimidade.

No prazo regimental, assinalado pelo Artigo 190, não houve a apresentação de Emendas pelos senhores parlamentares.

De observar, ainda, que a Constituição Estadual ao dispor sobre as hipóteses de iniciativa de propostas de emendas à Constituição, dispõe:

- Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:**
I – de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;
II – do Governador do Estado;



III- de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.

Condição observada conforme se verifica à simples vista do original da Proposta apresentada.

Quanto à técnica legislativa, a proposta de emenda constitucional está também em conformidade com as disposições da Lei Complementar 95/98.

A Proposta de Emenda à Constituição do Estado, quanto ao seu mérito, foi apresentada com o objetivo de corrigir inconstitucionalidade verificada na Constituição Estadual, em face da Magna Carta Nacional, no que respeita à restrição estabelecida no inciso I, do seu artigo 99, que circunscreve tão somente aos Desembargadores integrantes do Órgão Especial a possibilidade de oferecer seu nome para concorrer nas eleições para os cargos dos órgãos diretivos do Tribunal.

O inciso I do artigo 95 da Constituição Estadual, trata da eleição dos órgãos diretivos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, entretanto, é defeso ao Poder Constituinte decorrente disciplinar a respeito, eis que há reserva constitucional para o domínio de lei complementar – Estatuto da Magistratura – no que concerne ao processo eleitoral nos tribunais.

Portanto, o que objetiva a Proposta de Emenda à Constituição é compatibilizar o texto constitucional e ampliar a prática democrática de escolha dos dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, possibilitando que, num processo de simetria com Ministério Público e com o Judiciário de outros Estados, como defendido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o universo de seus integrantes possa se tornar elegível a sua Cúpula Diretiva.

O inciso I, do referido Art. 99, contém comando que restringe a possibilidade para os demais desembargadores, membros do Tribunal de Justiça, de serem eleitos aos cargos diretivos, consagrando uma verdadeira distorção entre iguais.

Esta restrição não mais se coaduna com a verdade democrática e de princípio isonômico estabelecidos nos tempos atuais, tal seja a de que quanto mais ampla a participação no exercício da gestão da administração pública, mais se atenderá a necessidade vital de construção, ampliação e consolidação da democracia que deve alcançar até mesmo o Poder Judiciário.

Todavia, na forma como apresentadã, a PEC há que ser saneada porque se por um lado corrige a distorção já relatada, por outro incide em nova, na



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
17ª LEGISLATURA - 3ª Sessão Legislativa
Comissão Especial de Reforma da Constituição



medida em que estabelece condições e detalha, quando não deveria, o processo eleitoral no Poder Judiciário.

As eleições nos Tribunais já estão estruturalmente delimitadas no Estatuto da Magistratura, em conformidade com o que determina a Constituição Federal em seus artigos 93 e 96, inciso I.

Assim é que o Substitutivo Geral à PEC 002/2012, retifica o texto inicialmente apresentado para atualizando o texto constitucional, propiciar que qualquer dos integrantes do Tribunal de Justiça possa ser eleito para ocupar seus Órgãos diretivos, abolindo-se, assim, a restrição hoje existente.

3. Conclusão

Diante de todo o exposto esta Comissão Especial de Revisão Constitucional apresenta **Parecer Favorável** à Proposta de Emenda Constitucional que lhe foi submetida, **na forma do Substitutivo Geral** em anexo a este parecer

Sala das Comissões em, 04 de março de 2013

Deputado **Wilson Quinteiro**
Presidente

Deputado **Elton Welter**
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa
Comissão Especial de Reforma da Constituição



Substitutivo Geral à

Proposta de Emenda à Constituição nº 002/2012

O presente Substitutivo Geral à PEC 002/12 tem por objetivo alterar a redação proposta em seu artigo 1º, para que o artigo 99 da Constituição do Estado passe a vigorar conforme redação que segue:

Art. 1º O inciso I do Art. 99 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 99

"I – eleger seus órgãos diretivos na forma da lei complementar que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura; "

.....

Sala das Comissões em, 04 de março de 2013


Deputado **Wilson Quinteiro**
Presidente


Deputado **Elton Welter**
Relator

Associação de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana; Requerimento nº 1146/13, do Deputado Paranhos, para o envio de voto de congratulações ao Município de Rio Negro, pela Festa de Nossa Senhora da Piedade, a ser realizada no dia 10.03.13; Requerimento nº 1167/13, do Deputado Paranhos, para o envio de voto de congratulações a todas as entidades representativas das mulheres, pelo Dia Internacional da Mulher, comemorado em 08.03.13; Requerimento nº 1168/13, do Deputado Paranhos, para o envio de voto de congratulações pelas festividades referentes ao 468º aniversário do Município de Guaçupe, comemorado no dia 11 de março; Requerimento nº 1169/13, do Deputado Paranhos, para o envio de voto de congratulações ao Município de União da Vitória, pela realização da 6ª Festa Nacional da Cereja, a ser realizada nos dias 08 e 10.03.13; Requerimento nº 1170/13, do Deputado Paranhos, para o envio de voto de congratulações ao Município de Campo Largo, pela 1ª Caminhada Internacional - Colômbia Polonesa, a ser realizada no dia 09.03.13; Requerimento nº 1173/13 e 1174/13, do Deputado Wilson Quinteiro, para o envio de voto de congratulações aos Municípios de Missal e Douro, pelos 30 anos de emancipação política; Requerimento nº 1175/13, do Deputado Wilson Quinteiro, para o envio de voto de congratulações ao Município de Colombo, pelos 123 anos de emancipação política; Requerimento nº 1176/13, do Deputado Wilson Quinteiro, para o envio de voto de congratulações ao Município de Cornélio Procopio, pelos 75 anos de emancipação política; Requerimento nº 1177/13, do Deputado Wilson Quinteiro, para o envio de voto de congratulações ao Município de Campo Largo, pelos 143 anos de emancipação política; Requerimento nº 1178/13, do Deputado Wilson Quinteiro, para o envio de voto de congratulações ao Município de Tapira, pelos 46 anos de emancipação política; Requerimento nº 1179/13, do Deputado Wilson Quinteiro, para o envio de voto de congratulações ao Município de Araucária, pelos 123 anos de emancipação política; Requerimento nº 1180/13, do Deputado Wilson Quinteiro, para o envio de voto de congratulações ao Município de São João do Triunfo, pelos 65 anos de emancipação política; Requerimento nº 1182/13, do Deputado Wilson Quinteiro, para o envio de voto de congratulações ao Município de Nova Prata do Iguaçu, pelos 34 anos de emancipação política; Requerimento nº 1194/13, do Deputado Aníbal Neto, para o envio de votos de congratulações e aplausos ao Município de Rancho Alegre d'Oeste, pela comemoração de seu 21º aniversário; Requerimento nº 1140/13, do Deputado Maria Tereza, para o envio da expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, solicitando que o Departamento de Estradas do Rodagem do Paraná faça, com urgência, o planejamento da estrada que liga a cidade de Campo Mourão ao seu Colégio Agrícola.

Requerimentos com despacho do Presidente: Requerimento nº 1287/13, do Deputado Tadeu Vezari, solicitando a utilização do plenário no dia 02.04.13, no período das 9h às 12h30, para realização da Audiência Pública sobre o processo de implantação da Defensoria Pública no Paraná. (A DPL e o Criminal para providências); Requerimento nº 1288/13, do Deputado Tadeu Vezari, solicitando a utilização do plenário no dia 03.04.13, no período das 9h às 12h30, para realização da Audiência Pública sobre a situação atual da população de rua no Paraná. (A DPL e o Criminal para providências); Requerimento nº 1256/13, do Deputado Bernardo Ribas Corrêa, com apoio dos Deputados Francisco Bührer, Adelfino Ribeiro, Evandro Júnior, Dr. Batista e uma assinatura ilegível, informando que integra o assunto, a partir da presente data, a Liderança do Bloco Parlamentar Municipalista, em substituição ao Deputado César Silveira Filho, tendo como Vice-Líder o Deputado Evandro Júnior. (A Diretoria Legislativa para anotações).

JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIAS

Deferidas conforme acordo de Liderança: Requerimento nº 1127/13, do Deputado Wilson Quinteiro, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 25.02.13; Protocolo nº 1128/13, Ofício nº 07/13, do Deputado Fábio Camargo, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 05.02.13; Requerimento nº 1129/13, do Deputado Nelson Garcia, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 26.02.13.

Deferida conforme atestado médico: Requerimento nº 1150/13, do Deputado Ney Leprevost, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 25.02.13, devido a emergência odontológica.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB): Sr. Presidente, só para registrar meu voto favorável no último item da pauta. Obrigada, Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Nada mais havendo a tratar, marcamos para Sessão, sempre lembrando aos Srs. Deputados...

DEPUTADO STEPHANES JÚNIOR (PMDB): Presidente, só para registrar meu voto favorável no último projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Sempre lembrando aos Srs. Deputados que amanhã teremos interiorização em Apucarana, às 18h, no Teatro Fênix.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (PSD): Sr. Presidente, a exemplo do Deputado Stephanes Júnior, também registro voto favorável no último projeto. Obrigada!

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 04 de março, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 440/11 e 435/12; 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 129/12; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 398/11, 699/12 e 643/12. "Levanto-se o Sessão", (Sessão encerrada às 16h18, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno).

Processo Legislativo

Comissões Especiais

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO PEC 02/2012

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e treze, sob a presidência do Deputado Wilson Quinteiro, às 18h00min, reuniu-se, na sala de Presidência Anexa ao Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão Especial de Reforma à Constituição, para apreciar a Proposta de Emenda Constitucional nº 2/2012 de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães e Raul Pereira. Constatada a existência do quórum necessário, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, após um breve relato sobre o proposto que altera a redação do inciso I do artigo 99, da Constituição Estadual do Paraná. Em seguida, passou-se à leitura do relatório do Deputado Elton Welter. Após a leitura do parecer, opinando favoravelmente à aprovação da Proposta de Emenda na forma da Emenda Substitutiva Geral, concluiu-se o Relatório que, submetido, pelo Senhor Presidente, à discussão e votação, foi aprovado parecer favorável à PEC nº 2/2012 na forma de Substitutivo Geral, estando a Proposição de Emenda em condições de ser remetida ao Senhor Presidente da Assembleia para ser incluída na Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, a presente Ata foi devidamente lavrada e, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão, pelo Relator e demais membros presentes.

Wilson Quinteiro
Presidente

Elton Welter
Relator

Francisco Bührer
Membro Titular

Pedro Lepion
Membro Titular

Celso Quintana
Membro Titular

17/03/2013

PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 002/2012, que altera a redação do inciso I do Artigo 99, da Constituição Estadual.

A proposta apresentada tem por objetivo adequar a redação do inciso I, do artigo 99 da Constituição Estadual à Lei Complementar, referida no artigo 93 da Constituição Federal, e Lei Complementar 35/79, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura no Estado Brasileiro.

Inicialmente, é de lembrar que as Propostas de Emenda à Constituição incluem-se entre as matérias sujeitas a disposições especiais com trânsito diferenciado nesta Casa de Leis, em conformidade com o estabelecido nos artigos 190 e seguintes do Regimento Interno.

Em cumprimento às determinações regimentais a presente Proposta de Emenda à Constituição foi regularmente publicada em Diário Oficial, Edição nº 368, de 21 de fevereiro deste ano, e a sua apresentação foi participada ao Plenário, na forma do Comunicado lido no Expediente da Sessão Plenária de 25 do mesmo mês. Indicados os membros desta Comissão Especial pelos respectivos líderes dos partidos nela representados, a Comissão foi constituída e instalada por meio do Ato do Presidente nº 001/2013, publicado no Diário Oficial do dia 26, também do mês de fevereiro.

Verificou-se ainda, preliminarmente, a não existência de óbices quanto à sua constitucionalidade, legalidade e legitimidade.

No prazo regimental, assinado pelo Artigo 190, não houve a apresentação de Emendas pelas bancadas parlamentares.

De observar, ainda, que a Constituição Estadual ao dispor sobre as hipóteses de iniciativa de propostas de emendas à Constituição, dispõe:

Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;
- II - do Governador do Estado;
- III - de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.

Condição observada conforme se verifica à simples vista do original da Proposta apresentada.

Quanto à técnica legislativa, a proposta de emenda constitucional está também em conformidade com as disposições da Lei Complementar 35/79.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 580/12


Declara de Utilidade Pública o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Paraná – COSEMS/PR, com sede e foro no Município de Curitiba.

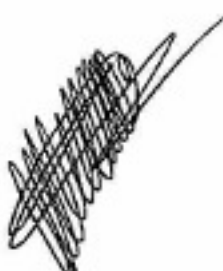
Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Paraná – COSEMS/PR, com sede e foro no Município de Curitiba.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de março 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 031/13

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Cerro Azul.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de uso ao Município de Cerro Azul, do imóvel constituído pelos Lotes 9, 17, 36, 37 e parte dos Lotes 35, 38, 39 e 40 e um Lote de título de terreno definitivo sob nº 6, com área total de 72.600,00 m², contendo edificações, conforme descrito na Transcrição nº 13.810 do Registro de Imóveis da Comarca de Cerro Azul.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente pelo Município para atividades voltadas para o desenvolvimento agrícola da região, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º A presente cessão terá vigência de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de março 2013.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 061/13

Altera dispositivos da Lei nº
17.423/12, conforme especifica.

Art. 1º O § 6º do art. 3º da Lei nº 17.423, de 18 de dezembro de 2012, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 3º ...

(...)

§ 6º Os encargos de que trata o art. 3º da presente Lei não serão devidos durante os períodos de férias e demais afastamentos legais, bem como não incidirão sobre o terço de férias e o 13º salário."

Art. 2º O art. 20, da Lei nº 17.423/12, fica acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 20. ...

Parágrafo único. Ficam criados ainda 22 (vinte e dois) cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sendo 05 (cinco) cargos de Assessor Jurídico da Presidência, simbologia DAS-3, 07 (sete) cargos de Assessor Administrativo de Conselheiro, simbologia DAS-3, 05 (cinco) cargos de Assistente Técnico da Presidência, simbologia DAS-4 e (cinco) cargos de Oficial de Gabinete da Presidência simbologia 3-C."

Art. 3º As gratificações pelo exercício de encargos especiais nos termos dos arts. 172, VIII e 178 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, serão concedidas a ocupantes de cargos em comissão e fixadas por portaria do Presidente do Tribunal de Contas.

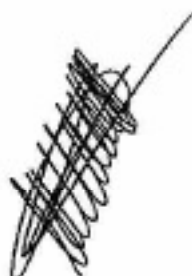
Art. 4º O Anexo II da Lei nº 17.423/12 passará a vigorar nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de março 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator







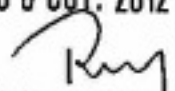
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 08 OUT. 2012


1º Secretário

Projeto de Lei nº 499/12

Altera o art. 1º da Lei nº 17.300/12.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 17.300, de 14 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam as operadoras de serviços de telefonia móvel, fixa e de transmissão de dados via banda larga, assim como as de TV por assinatura, obrigadas a enviar aos clientes, no prazo de sete dias corridos, cópia dos contratos de adesão e do termo de aditamento, em caso de alterações no contrato, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento – AR”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 2012.


TERUO KATO
Deputado Estadual

Justificativa:

A ausência do contrato, que descreve os direitos e obrigações das partes, tem se tornado um grande obstáculo no momento em que os consumidores cobram das empresas a execução dos serviços na forma em que foi oferecido, pois a maioria dos serviços é contratada pela central de telemarketing ou pela internet.

O mesmo se aplica quando da alteração ou da migração do plano contratado, isto porque as empresas também não encaminham aos consumidores o respectivo Termo de Aditamento, contendo as mudanças que foram realizadas, para que possam se certificar que a contração ou as alterações são as acordadas.



Lei nº. 17300

DL

Fls. 03

Data 14 de setembro de 2012

Súmula Dispõe sobre a obrigatoriedade do envio da cópia do contrato de adesão aos consumidores por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento - AR.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam as operadoras de serviços de telefonia móvel, fixa e de transmissão de dados via banda larga, assim como as de TV por assinatura, obrigadas a enviar aos clientes, no prazo de 7 (sete) dias corridos, cópia dos contratos de adesão e do termo aditamento de aviso de recebimento - AR.

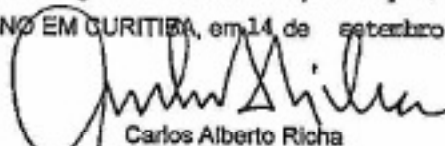
Art. 2º Aplicar-se-ão as disposições contidas nesta Lei, aos contratos de adesão formalizados pela internet ou pelo serviço de telemarketing.

Art. 3º A inobservância das disposições contidas na presente Lei importará, no que couber, a aplicação das penalidades contidas no art. 56 da lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990 (CDC).

Art. 4º Aos órgãos de defesa do consumidor do Poder Executivo e do Poder Legislativo, dentro de suas competências legais, cabe a adoção das medidas necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas na presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 14 de setembro de 2012.


Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Maria Tereza Ulile Gomes
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Luiz Eduardo Sebastiani
Chefe da Casa Civil

Teruo Kato
Deputado Estadual

Publicada no Diário Oficial
Nº 8799 de 14/09/12
Republicada no Diário Oficial
Nº _____ de ____/____/____



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 499/2012

Projeto de Lei nº 499/2012
Autor: Dep. Teruo Kato

Súmula: Altera o Art. 1º da Lei nº 17.300/12

EMENTA: ALTERAÇÃO DO ART. 1º DA LEI Nº 17.300/12. OBRIGA O ENVIO DO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO DE ADESÃO AOS CONSUMIDORES, POR CARTA REGISTRADA NA MODALIDADE DE AVISO DE RECEBIMENTO - AR. POSSIBILIDADE. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Teruo Kato objetiva alterar o Art. 1º da Lei nº 17.300/12, para incluir o envio do termo de aditamento, em caso de alterações no contrato de adesão, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento – AR.

FUNDAMENTAÇÃO

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

De acordo com a determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Este é o entendimento da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Portanto, fica evidenciada a competência do nobre parlamentar para realizar a propositura do presente Projeto de Lei, uma vez que, não afronta nenhuma norma vigente do ordenamento jurídico brasileiro.

Em prosseguimento à análise, observa-se da justificativa do autor que *"A ausência do contrato, que descreve os direitos e obrigações das partes, tem se tomado um grande obstáculo no momento em que os consumidores cobram das empresas a execução dos serviços (...). O mesmo se aplica quando da alteração ou da migração do plano contratado (...)."*

Assim, nota-se que o assunto diz respeito à defesa do consumidor e, neste sentido, a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA prevê no artigo 24, inciso V, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Da mesma forma, determina a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, conforme artigo 13, inciso V:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(grifo nosso)

Conforme dispõe o próprio art. 6º do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

(grifo nosso)

No caso em tela, vislumbra-se que o objetivo da pretensa Lei é informar adequadamente o consumidor sobre a contratação dos serviços. Assim, o presente Projeto, ao estabelecer que os consumidores recebam cópia dos contratos e termo de adesão, quando for o caso, é constitucional e legal, eis que visa garantir a adequada informação para os consumidores.


Por fim, a técnica legislativa encontra-se perfeitamente ajustada ao disposto na Lei Complementar nº 95/98, não havendo óbices que impedem a tramitação do presente projeto.




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 27 de Novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO CAIO QUINTANA
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos
Vice-Presidente: Deputado Adeline Ribeiro
Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollenbach Mello e Deputada Rose Litro



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 499/2012

Súmula: Altera o art. 1º da Lei 17.300/2012.

Autor: Deputado Teruo Kato

Justificativa: Garantir acesso ao contrato de prestação de serviços.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça.

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

"Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Desta feita, a justificativa apresentada pelo parlamentar proponente do Projeto de Lei é suficiente para balizar a sua apresentação, uma vez que, trata da proteção dos interesses do consumidor.

Por outro lado, o objetivo a ser atingido com o Projeto de Lei está em consonância com os ditames do Direito do Consumidor, haja vista buscar dar efetividade ao direito de informação do consumidor.

Cumprе ressaltar que o mecanismo apresentado pelo Projeto é adequado ao propósito da Lei, que visa obrigar as empresas de prestação de serviços de telefonia a enviar aos consumidores cópia do contrato em vigor.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollenbach Mello e Deputada Rose Litro



Assim, não havendo óbice legal, emite-se parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17 de DEZEMBRO de 2012.

Deputado Adelino Ribeiro

Presidente

Deputado Paranhos

Relator

Dep. Rose Litro

Dep. Pedro Lupion



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 499/2012

Súmula: Altera o art. 1º da Lei nº 17.300/12.


Autor: Deputado Teruo Kato.
Relator: Deputado Duílio Genari.

JUSTIFICATIVA: garantir o acesso ao contrato de prestação de serviços ao consumidor. Haja vista buscar dar efetividade ao direito e informação do consumidor.

PARECERES FAVORÁVEIS: Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Defesa do Consumidor.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 06 de março de 2013.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
Presidente


DEPUTADO DUÍLIO GENARI.
Relator








Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
GABINETE DO DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI



Projeto de Lei N.º 633 /2012.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 11 DEZ. 2012

Ruy
1º Secretário

SÚMULA: Denomina SUSSUMO ITIMURA o trecho da PR 442, conforme especifica.

Art. 1º - Fica denominado SUSUMO ITIMURA o trecho da PR-442, entre a BR-369 e o Município de Uraí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2012.


Dep. Luiz Claudio Romanelli



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
GABINETE DO DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI



JUSTIFICATIVA

Nascido no Japão em 15 de março de 1918, SUSSUMO ITIMURA chegou ao Brasil com 1 ano e 9 meses onde se naturalizou brasileiro.

Casado com MUTSUYO ITIMURA, pai de 07 filhos, agricultor como profissão. Foi um desbravador do norte do Estado do Paraná onde plantou e incentivou a produção de rami, café e por último laranja no município de Uraí e região.

Foi cinco vezes Prefeito de Uraí, onde com uma administração pujante e de vanguarda pode ajudar o crescimento do município, trazendo inúmeras obras, tais como: asfalto dessa mesma rodovia PR-442 a Uraí, construções de escolas municipais e escola estadual, como o Colégio Estadual João Ribeiro Junior.

Asfaltou a avenida Brasil, principal via do município de Uraí.

Como cidadão e munícipe, fez algumas doações particulares de terrenos para construções de centros de lazer, como a AABB, dou terreno para construção da creche Isabel Itimura, doação do terreno para construção do novo Fórum da Comarca de Uraí.

Falecido em 29 de setembro de 2011, deixou como cidadão uma grande lacuna e como homem do povo, uma grande saudade aos munícipes de Uraí.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os pares desta Casa de Leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 633/2012

Projeto de Lei nº 633/2012

Autor: Deputado Luiz Cláudio Romanelli

Súmula: Denomina trecho de rodovia conforme especifica.

EMENTA: DENOMINAÇÃO DE RODOVIA. PARECER DO D.E.R. INFORMANDO QUE O TRECHO A SER DENOMINADO NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Cláudio Romanelli, tem por objetivo denominar de Sussumo Itimura o trecho da PR- 442, entre a BR-369 e o Município de Uraí.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

O artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Constituição do Estado do Paraná

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da Constituição Estadual, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município.

Constituição do Estado do Paraná

Além disso, a Lei Estadual nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.

Lei Estadual n.º 8761/88

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2013.

mauro

NELSON JUSTUS
Presidente

BERNARDO RIBAS CARLI
Relator

APROVADO

unanimemente 05.03.13



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

~~ASSEMBLEIA~~ PROJETO DE LEI 28/2013

Súmula: Dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual da Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social em atendimento ao disposto nos incisos I e II do artigo 13 da Lei Federal n.º 8.742/93, e dá outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Os recursos do Fundo Estadual de Assistência Social poderão ser repassados automaticamente para os Fundos Municipais de Assistência Social, independente da celebração de convênio, ajuste, acordo ou contrato, desde que atendidas as exigências deste artigo pelos respectivos Municípios.

Parágrafo Único. Os recursos do Fundo Estadual de Assistência Social recebidos pelos Fundos Municipais de Assistência Social, na forma prevista no *caput*, serão aplicados segundo as prioridades estabelecidas nos planos de assistência social aprovados, pelos respectivos conselhos, buscando, no caso de transferência aos fundos municipais, a compatibilização no plano estadual e o respeito ao princípio da equidade, com despesas de custeio, investimento, obras e recursos humanos.

Art. 2º A prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social, será feita pelo beneficiário por meio de Relatório de Gestão Físico-Financeira, que deverá ser encaminhado semestralmente ao órgão gestor estadual, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 1º A operacionalização da prestação de contas dos recursos será objeto de regulação do Órgão Gestor Estadual, conforme critérios estabelecidos pelos órgãos de controle externo e pelo Conselho Estadual de Assistência Social.

§ 2º É assegurado ao Tribunal de Contas do Estado, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado e ao Conselho Estadual de Assistência Social o acesso, a qualquer tempo, à documentação comprobatória da execução da despesa, aos registros dos programas e a toda documentação pertinente a assistência social custeada com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social.

Art. 3º As transferências automáticas realizadas pelo Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social serão regulamentadas por atos do Poder Executivo Estadual e os recursos transferidos somente poderão ser utilizados em conformidade com as normas e autorizações destes atos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 06 de fevereiro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



INFORMAÇÃO

Ao GS/SEDS,

Em atenção ao solicitado, informo que há previsão de recursos na Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2013, no Fundo Estadual de Assistência Social, aprovada em 27/12/12 sob nº 17.398/2012, para iniciar o procedimento de repasse fundo a fundo, aos municípios indicados conforme critérios específicos a serem pactuados na Comissão Intergestora Bipartite – CIB e no Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, no início de 2013, e que não haverá aumento da despesa pública no exercício, tendo em vista que os recursos já são transferidos aos municípios na modalidade Transferência Voluntária e continuará a serem repassados, mas na modalidade Transferência Fundo a Fundo.

Em, 10/01/2013

Marcela D. Martins
Marcela Divair Martins Evangelista
Assessoria Financeira
GFS/SEDS

Contere com o original
CC em 06/01/13
Ass. *[Signature]*



000044



Ao NJA – Casa Civil
Dr. Moises

Conforme solicitado no item 1 de fls. 41 segue informações prestadas pelo GFS desta SEDS onde informa que a proposta de Lei não gerará aumento de despesas, apenas alterará a forma do repasse.


Quanto ao questionamento do item 2 da já citada fls. 41 informamos que o protocolado n.º 11.553.783-0 está na assessoria técnica da SEDS para nova revisão e adequação dos termos propostos com a nova norma operacional básica aprovada em 2012 e nesta revisão o dispositivo do proposto no artigo 21 será suprimido pois está sendo tratado nesta proposta de Lei própria.

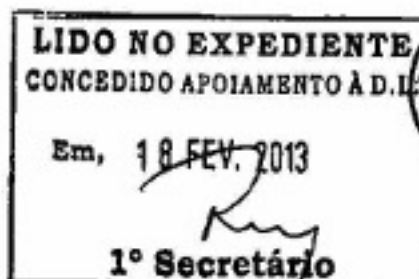
Isto posto segue proposta de aprovação da Lei que institui a modalidade de transferência de recursos fundo a fundo do Estado para os municípios visando a gestão da assistência social, a exemplo do que já acontece entre o Governo Federal para os Estados e Municípios do País, bem como minuta de mensagem para subsidiar a aprovação.

Atenciosamente

Curitiba 11 de janeiro de 2013


Leandro Meller
Assessoria Técnica SEDS

Confere com original
CC em 06/02/13
Ass. 
a. r. l. / cc.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 005 /2013

Curitiba, 06 de fevereiro de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 10/02/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a transferência automática de recursos do fundo estadual de assistência social para os fundos municipais de assistência social, em atendimento ao disposto nos incisos I e II do artigo 13 da Lei Federal nº 8.742/93.

O referido Anteprojeto incorpora sugestões debatidas entre a equipe técnica da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, bem como deliberada no Conselho Estadual de Assistência Social e Pactuada na Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social do Estado do Paraná, sendo devidamente aprovada por todos os órgãos colegiados citados.

A aprovação da Lei, além de atender os requisitos da legislação federal supra citada, alinha a execução das transferências de recursos no Estado do Paraná a exemplo do que já acontece na União e, ainda, estabelece para o executivo estadual uma maior celeridade na realização das transferências para atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social de nosso estado, o que demonstra que sua aprovação faz-se necessária por diversas razões.

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.11.766.893-2



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas¹, tendo por objetivos:

1) a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

2) a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

3) a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.²

Neste sentido a Assistência Social no país rege-se pelos seguintes princípios:

- supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos

¹ Artigo 1º da Lei Federal 8.742/93

² Artigo 2º da Lei Federal 8.742/93



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão³.

Ainda, neste sentido, a política pública de assistência social apresenta as seguintes diretrizes:

- descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

O Estado do Paraná vivencia um momento importante no que diz respeito ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social no intuito de viabilizar a garantia dos direitos estabelecidos a estes cidadãos, tanto no que diz respeito ao enfrentamento à pobreza como na inclusão destes no atendimento por todas as políticas. Este trabalho passa diretamente pela organização e gestão da política pública de assistência social.

A junção de esforços e investimentos entre prefeituras, estados e governo federal, além de imprescindível, é também uma obrigação de Lei, visto que a Assistência Social tem toda a organização de sua execução prevista na Lei Federal 8.742/93 e estabelece a obrigação conjunta do cofinanciamento das ações pelas três esferas de governo, conforme verificamos:

Art. 12. Compete à União:

II - cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional;

Art. 13. Compete aos Estados:

II - cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local;⁴ (grifo nosso)

Neste sentido e considerando o disposto no inciso II do artigo 13 supra citado, resta comprovado que o cofinanciamento via transferência automática fundo a fundo, além de agilizar o atendimento e o repasse é também uma competência legal que os governos não podem se furtar de atender.

³ Artigo 4º da Lei Federal 8.742/93

⁴ Lei Federal 8.742/93



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A própria Constituição da República, nos artigos 203 e 204 estabelece as competências na gestão da assistência social no País.

Nesse contexto, incumbe ao Estado do Paraná propiciar instrumentos que contribuam para fortalecer esta execução.

Para tanto, apresento o presente Anteprojeto de Lei no âmbito da competência legislativa do Estado do Paraná.

Principia o Anteprojeto de Lei, em seu artigo 1º, que os recursos do Fundo Estadual de Assistência Social poderão ser repassados automaticamente para os Fundos Municipais de Assistência Social, independente da celebração de convênio, ajuste, acordo ou contrato, desde que atendidas as exigências de tal artigo pelos respectivos Municípios, aplicando os mesmos moldes estabelecidos e utilizados pelo governo federal, sendo que os recursos do Fundo Estadual de Assistência Social recebidos pelos Fundos Municipais de Assistência Social, na forma prevista no *caput*, serão aplicados segundo as prioridades estabelecidas nos planos de assistência social aprovados pelos respectivos conselhos, buscando, no caso de transferência aos fundos municipais, a compatibilização como plano estadual e o respeito ao princípio da equidade.

Cabe salientar que o cofinanciamento de recursos já existe e vem sendo aplicado, mas por meio de transferências voluntárias, o que gera a necessidade de diversas ações que culminam na elaboração de um convênio, para apenas após isto realizar o repasse, o que pode, em alguns momentos, gerar uma certa morosidade no cofinanciamento, e este tempo é fundamental quando falamos em proteção social.

Já o artigo 2º apresenta como será realizada a prestação de contas destes recursos, aspecto fundamental no que tange a transparência da utilização dos valores e garantia de que os mesmos serão utilizados de acordo com o atendimento necessário, conforme podemos observar: a prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social será feita pelo beneficiário por meio de Relatório de Gestão Físico-Financeira, que deverá ser encaminhado semestralmente ao órgão gestor estadual, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, e sua operacionalização será objeto de regulação do Órgão Gestor Estadual, conforme critérios estabelecidos pelos órgãos de controle externo e pelo Conselho Estadual de Assistência Social.

Outro aspecto relevante é que será assegurado ao Tribunal de Contas do Estado, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado e ao Conselho Estadual de Assistência Social o acesso, a qualquer tempo, à documentação comprobatória da execução da despesa, aos registros dos programas e a toda documentação pertinente a assistência social custeada com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social.

Garantida a agilidade dos repasses, a transparência da aplicação do recurso no atendimento aos usuários da política de assistência social e também o cumprimento da disposição legal que determina aos estados a



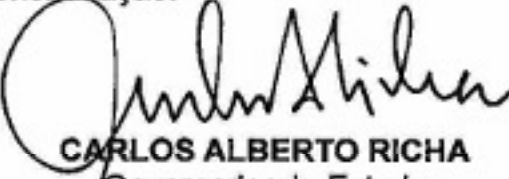
transferência direta de recursos, a aprovação do Anteprojeto de Lei ora apresentado a essa Casa de Leis é justificada e necessária em todos os aspectos.

Cabe, neste momento, reforçar que a construção deste mecanismo foi amplamente discutido, pois foi deliberado no Conselho Estadual de Assistência Social, no qual as organizações que representam a sociedade civil apresentaram suas considerações e também aprovaram o andamento da presente medida, o que se repetiu na comissão intergestores bipartite, a qual integra gestores municipais de assistência social de nosso estado.

Ainda, vale ressaltar que a presente proposta não gerará aumento na despesa pública no exercício, tendo em vista que os recursos já são transferidos aos municípios na modalidade Transferência Voluntária e continuarão a serem repassados, mas na modalidade Transferência Fundo a Fundo, conforme Informação datada de 13 de janeiro do corrente ano, anexa por cópia autêntica, do Grupo Financeiro Setorial da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social deste Poder Executivo.

Ante o exposto, solicito que o presente Anteprojeto seja apreciado com a maior celeridade possível conforme as razões aqui apresentadas.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARECER AO PROJETO DE LEI 028/13

Projeto de Lei nº. 28/13

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 005/13

Súmula: Dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual da Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social, conforme disposto nos incisos I e II, do artigo 13, da Lei Federal nº 8.742/1993.

EMENTA: DISPÕE SOBRE O FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 24 E 203 CF. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 13 LEI FEDERAL Nº 8.742/93. LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo dispor sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social, em atendimento ao disposto nos incisos I e II do artigo 13 da Lei Federal nº 8.742/93.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Destarte, a Lei Federal nº 8.742/93 aduz em seu artigo 13 que compete aos Estados cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e projetos de assistência social em âmbito regional ou local, vejamos:

Art. 13. Compete aos Estados:

II - cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local.

Além disso, a Constituição Federal dispõe em seu artigo 203 que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei. (grifos nossos)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

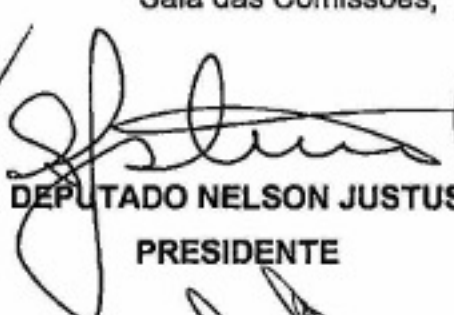
Ademais, cabe observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, pois não haverá aumento da despesa pública no exercício, tendo em vista que os recursos já são transferidos aos Municípios na modalidade Transferência Voluntária e continuarão a serem repassados, mas na modalidade Transferência Fundo a Fundo.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

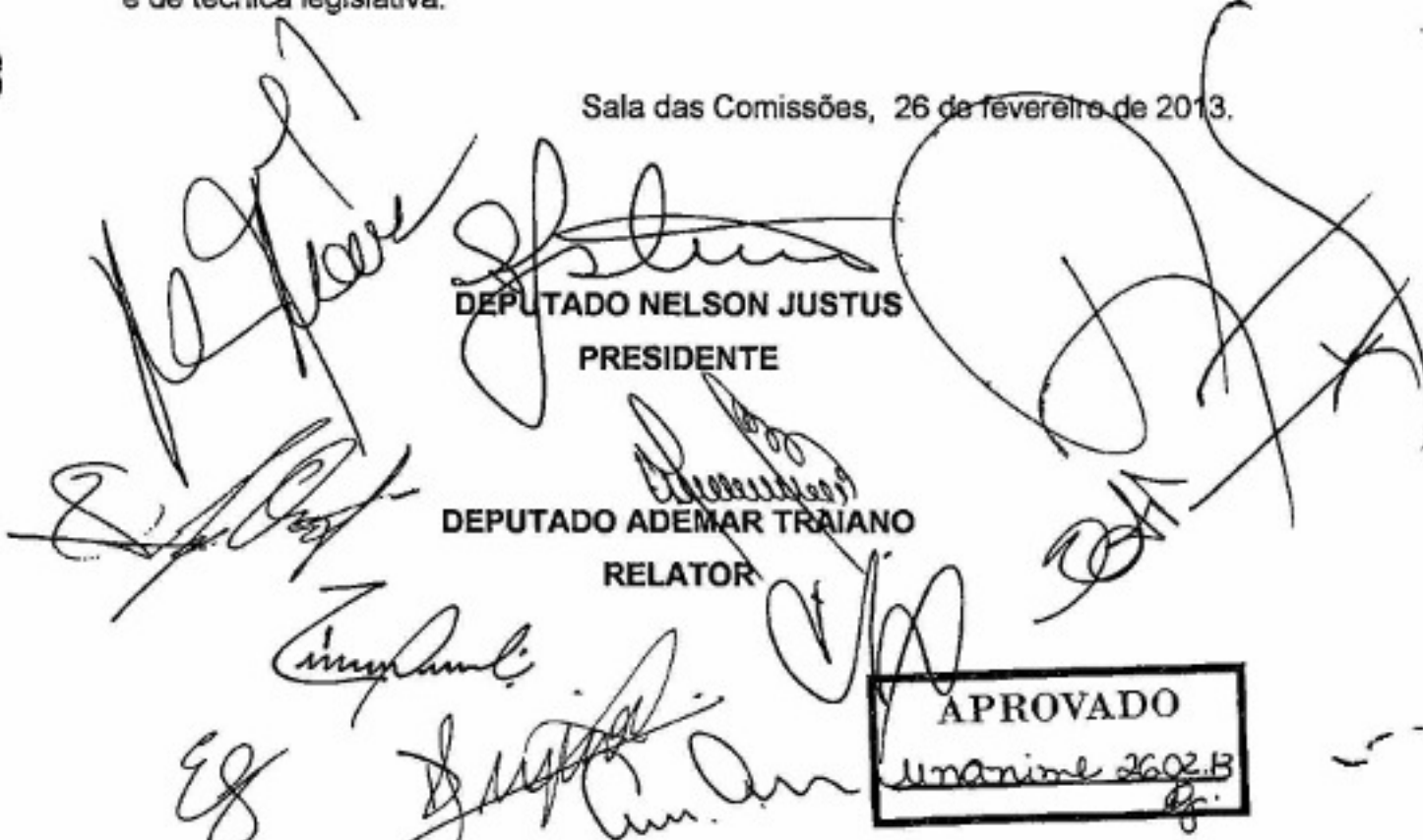
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR


APROVADO

Unanime 26.02.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 028/13

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 05/13 que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual da Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social em atendimento ao disposto nos incisos I e II do artigo 13 da Lei Federal nº 8.742/93, e dá outras providências.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer que os recursos a que se refere tal proposta, já são transferidos aos municípios na modalidade Transferência Voluntária e continuarão a serem repassados, mas na modalidade Transferência Fundo a Fundo.

Ressalte-se que o objetivo da presente proposta é, a união de esforços e investimentos entre as prefeituras, estado e o governo federal, bem como atender a obrigação imposta por meio da Lei Federal nº 8742/93 em seu art. 13, inciso II, que preceitua o seguinte:

II – cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Observe-se que o Projeto em tela, está em consonância com os arts. 203 e 204, da Constituição Federal, onde constata-se que a assistência social será prestada a quem necessitar dela.

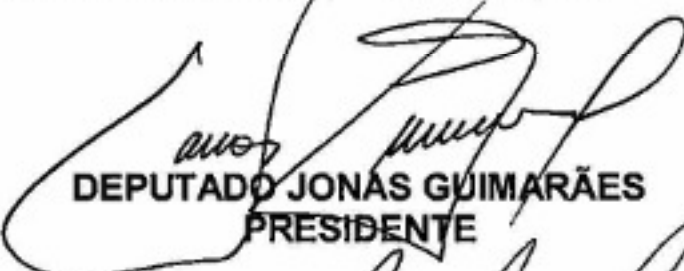
Saliento ainda, que os arts. 65, 66 e 87, todos da Constituição Estadual, asseguram a iniciativa e a competência do Governador do Estado em propor matérias como a presente.

Insta ressaltar que, não há que se falar em desrespeito a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), uma vez que há previsão de recursos na Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2013, conforme informação do Grupo Financeiro Setorial da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13/03/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR